


O fenômeno negacionista e suas representações na narrativa cinematográfica *Negação (Denial – 2016)*

The Negacionist Phenomenon and its Representations in the Cinematographic Narrative “Negação” (Denial – 2016)

Danilo Linard

 <https://orcid.org/0000-0001-6267-3786>
Universidade Regional do Cariri

Resumo: Considerando os desafios inscritos em nosso tempo presente, que influenciam os fazeres historiográficos e os caminhos da pesquisa, produção e ensino do conhecimento histórico, nosso trabalho visa colocar em discussão alguns aspectos formais do fenômeno negacionista representados na trama da narrativa cinematográfica *Negação (Denial, 2016)*. Em seu enredo, baseado numa história real, vemos os debates jurídicos travados entre a historiadora Deborah Lipstadt, que foi processada por David Irving, um notório negacionista da historicidade do Holocausto. Entre os aspectos formais que identificamos e analisamos, estão: I) a estrutura retórica da negação, II) o sentimento de ser um *outsider* e III) a dimensão de publicidade perseguida pelo negacionista. Para analisar os elementos e dimensões desse fenômeno, propomos um diálogo com autores tais como Jörn Rüsen, Eric Hobsbawm, Antoon De Baets e Michel de Pracontal. Os diversos elementos identificados no roteiro desse filme estimulam reflexões teóricas e metodológicas sobre o nosso ofício e ciência, estimulando, ainda, a possibilidade de discutir alguns ataques dos quais vários pesquisadores, em particular, e o conhecimento científico e acadêmico, em geral, têm sido alvo de maneira recorrente, dentro e fora da academia.

Palavras-chave: Holocausto. Negacionismo. Narrativa Historiográfica. Escrita da História.

Abstract: Considering the challenges inscribed in our present time, which influence historiographical practices and the paths of research, production and teaching of historical knowledge, our work aims to discuss some formal aspects of the negationist phenomenon represented in the plot of the cinematographic narrative “Denial” (Denial – 2016). In its plot, based on a true story, we see the legal debates between the historian Deborah Lipstadt, who was sued by David Irving, a notorious denier of the historicity of the Holocaust. Among the formal aspects that we have identified and analyzed are: I) the rhetorical structure of denial; II) the feeling of being an outsider; and III) the dimension of publicity pursued by the denier. To analyze the elements and dimensions of this phenomenon, we propose a dialogue with authors such as Jörn Rüsen, Eric Hobsbawm, Antoon De Baets and Michel de Pracontal. The various elements identified in the script of this film stimulate theoretical and methodological reflections on our craft and science, also stimulating the possibility of discussing some of the attacks of which several researchers, in particular, and scientific and academic knowledge, in general, have been targeted recurrently, inside and outside the academy.

Keywords: Holocaust. Negationism. Historiographical Narrative. Writing of History.

O fenômeno negacionista, em suas diversas formas de expressão não é, necessariamente, recente. Porém, tem se espalhado vertiginosamente em nosso tempo presente, utilizando-se, principalmente, dos meios de comunicação e interação social oriundos da *Internet*, desde mensageiros instantâneos como o *WhatsApp* até redes sociais e plataformas de vídeo como o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e o *Youtube*. Esse fenômeno tem colocado em descrédito um variado conjunto de saberes científicos e acadêmicos. Além disso, termina por deslegitimar os centros de produção de conhecimento, assim como os profissionais que se dedicam a essa atividade,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

desafiando as práticas de pesquisa e docência em todos os níveis.

Muitos pressupostos negacionistas e, em certo sentido revisionistas, acabaram fazendo uso da *Internet* como meio de divulgação recorrente. A facilidade com a qual hoje transmitimos e publicamos conteúdos – isto é, textos constituídos por diferentes semioses (audiovisuais, imagéticos, gráficos etc.) – de maneira anônima ou não, é um elemento que colabora para que indivíduos/grupos negacionistas e/ou defensores de certas tendências revisionistas¹ arroguem para si, por vezes, uma sensação de “certeza” e adequação em relação àquilo que divulgam, o que nem sempre se verifica. Isto aprofunda as distâncias entre “conhecimento” e “opinião”, tal como podemos ver, de maneira introdutória, em Abbagnano (2007, p.174 e p. 729).

Cunhado por Henry Rousso (1987), o termo negacionismo esteve, desde sua gênese, associado às tentativas de negar a historicidade de certos fenômenos, sobretudo o Holocausto. Essa e outras formas de negacionismo apresentam-se, por vezes, como um direito à liberdade de expressão, assim como à liberdade de crença. Nesse movimento, indivíduos e grupos podem manifestar juízos contrários ao que é consenso em diversos campos científicos quando julgam que certos temas vão numa direção oposta aos seus princípios ideológicos ou religiosos. Um primeiro problema daí derivado decorre quando há pressões de cunho “religioso”, próximas de posturas fundamentalistas, que estimulam um movimento de negação e crítica à ciência em geral, exigindo medidas que ferem a laicidade do Estado, que não é confessional. Outro problema é que, em meio a isso, ocorre uma relação de proximidade entre posturas religiosas fundamentalistas e posicionamentos político-ideológicos extremistas com diversos tipos de negacionismo.

Tal cenário estimula intensas disputas acerca dos usos do passado. É ponto pacífico que as pessoas podem possuir e expressar suas convicções religiosas e político-ideológicas. Contudo, tais convicções não existem num vácuo ou num meio homogêneo onde todos pensam (ou devam pensar) da mesma forma, assim como não podem negar direitos humanos basilares. Essa conjuntura é marcada por uma dimensão de intersubjetividade, no campo das interações sociais, e pela busca de objetividade, no campo da ciência e nos meios acadêmicos, sem entender por objetividade algo próximo da “neutralidade”, “imparcialidade” ou isenção de subjetividade.

A discussão aqui proposta leva esse contexto em consideração e, em vista disso, nos sentimos provocados a refletir sobre o fenômeno negacionista. Entretanto, como ele é variado em seus conteúdos e em suas formas, optamos por recortar nossa abordagem selecionando para análise algumas representações formais do chamado negacionismo do Holocausto presentes no filme *Negação (Denial)*, lançado nos cinemas em 2016, nos EUA, e em 2017, no Brasil.

Cabe ressaltar, antes de prosseguirmos, que o fenômeno da negação do Holocausto consiste num movimento organizado, financiado e que não é isento de intencionalidades político-ideológicas (ver CARVALHO, 2019), fazendo-se presente tanto dentro quanto fora de certos centros acadêmicos. É possível afirmar que a negação do Holocausto influenciou diretamente outras tendências negacionistas. Portanto, nossas considerações e observações sobre o fenômeno do negacionismo, mesmo não podendo aprofundar determinados elementos por questões de espaço e foco, não perdem de vista as particularidades que estabelecem uma distância inequívoca entre a negação do Holocausto e outras formas de negacionismo.

Um exemplo dessas particularidades indicadas pode ser visto na circunstância que perpassa nosso objeto de discussão. Em 1993, Deborah Lipstadt lançou um livro intitulado *Denying The Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory* (Negando o Holocausto: O Crescente Assalto Contra a Verdade e a Memória, em tradução livre), indicando David Irving como um “negador” da existência histórica do Holocausto, do extermínio sistemático de judeus, principalmente em câmaras de gás, nos campos de concentração pelas forças nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial

¹ Para uma introdução acerca das discussões que indicam as distâncias e aproximações entre negacionismo e revisionismo, conferir o debate “Negacionismo e Revisionismo: teoria, historiografia e tempo presente” promovido pela ANPUH e disponível em seu canal na plataforma *Youtube*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JeC0nsQMMuA>. Acesso em 13 nov. 2021.

(1939-1945). Em 1996, Irving processou Lipstadt por difamação em razão do fato de ela o ter definido como negacionista, apesar de ele negar publicamente a existência do Holocausto, em textos e pronunciamentos, aproximadamente desde 1988. Para não ser condenada, Lipstadt teria que provar no tribunal que havia fontes e registros válidos que atestam a existência histórica do Holocausto, justificando a definição atribuída por ela a Irving.

Lipstadt acabou vencendo o processo, encerrado no ano 2000. Posteriormente, essa historiadora relatou e analisou as circunstâncias desse processo judicial no livro *History on Trial: My Day in Court with a Holocaust Denier* (História em Julgamento: Meu Dia no Tribunal com um Negador do Holocausto, em tradução livre), publicado no Brasil com o título *Negação – uma história real* (LIPSTADT, 2017). O filme aqui analisado baseia seu roteiro nesse livro.

Reiteramos que, no presente trabalho, não nos propomos a fazer uma análise do negacionismo do Holocausto em seu “conteúdo”, discutindo pormenorizadamente as premissas, réplicas e trélicas de negacionistas do Holocausto e historiadores mais rigorosos em relação aos fazeres historiográficos. O objetivo perseguido foi o de tentar compreender alguns dos aspectos “formais” através dos quais o negacionismo do Holocausto se manifesta e as relações que essa tendência possui com outros fenômenos negacionistas, sem perder de vista as distâncias que separam esse e outros tipos de negacionismo, como indicamos anteriormente.

Analisamos, aqui, cinco cenas do referido filme. Nelas, identificamos três aspectos formais do negacionismo do Holocausto, quais sejam: I) A estrutura retórica da negação, isto é, os elementos que os negadores do Holocausto defendem para sustentar sua tese e os modos como isso ocorre; II) O sentimento de ser um “outsider” que o negacionista nutre em relação à comunidade científica e acadêmica; e III) a dimensão da “publicidade” e polêmica vazia que permeiam os diversos tipos de negacionismo, o que dá a esses fenômenos certo espaço na mídia.

Para compreender e analisar esse fenômeno, bem como suas representações nessa narrativa cinematográfica, estabelecemos um diálogo com quatro autores, a saber: Jörn Rüsen, Eric Hobsbawm, Antoon De Baets e Michel de Pracontal. Escolhemos dialogar com esses autores ao considerarmos a pertinência e o rigor de suas discussões acerca dos debates teóricos, metodológicos e epistemológicos em relação à produção do conhecimento científico e histórico.

Dividimos nossa discussão em dois momentos. Na primeira seção, “Pressupostos teórico-metodológicos iniciais”, apresentamos as principais noções desses autores em relação a questões como partidarismo e objetividade, engajamento intelectual, negligência e abuso na escrita da história e as características gerais da chamada “impostura científica”.

Na segunda seção, “Análise do fenômeno negacionista no enredo do filme *Negação*”, aprofundamos o diálogo com os pressupostos dos autores supracitados, assim como nos detemos na análise daqueles três elementos formais que recortamos no roteiro do filme, identificando articulações entre os aspectos selecionados para análise e os pressupostos que nos orientaram nesta reflexão. Tendo ciência dos limites de nossa discussão, por fim, tecemos algumas considerações finais para avaliar alguns dos resultados alcançados.

Pressupostos teórico-metodológicos iniciais

Para estabelecermos as análises propostas, dialogamos neste estudo com quatro autores, quais sejam: Jörn Rüsen, Eric Hobsbawm, Antoon De Baets e Michel de Pracontal. Rüsen (2010) propôs alguns caminhos para discutirmos as relações entre “partidarismo e objetividade”, na construção do conhecimento histórico e científico. Hobsbawm (1998), por seu lado, analisou os impasses inerentes ao engajamento intelectual e sua possível adoção por parte do historiador e outros pesquisadores. Antoon De Baets (2013) dedicou-se a refletir sobre os esboços de uma teoria que pudesse caracterizar, analisar, evitar e, eventualmente, punir o que ele define como “abuso da História”. Por fim, Michel de Pracontal (2004) procurou identificar quais seriam os elementos essenciais e típicos da chamada “impostura científica”.

Em nossa interpretação, as observações elaboradas por esses autores nos ajudam a compreender o fenômeno negacionista que, se não é recente, tem adquirido uma ressonância gigantesca em nosso tempo presente, influenciando, inclusive, governantes, políticas públicas e diversos grupos sociais. Em linhas gerais, podemos dizer que:

Os negacionistas visam não rever ou reexaminar o fato histórico, mas falsear a história, a partir de motivações ideológicas. [...] Trata-se de uma construção argumentativa que se apoia em valores comungados por determinados grupos sociais que se mostram abertos a tais construções discursivas, mas eles também podem visar a um público mais vasto, dependendo da pauta. (LIMA, 2020, p. 393).

Entre as manifestações mais típicas desse fenômeno negacionista estão: que o planeta Terra é “plano”² e que nosso sistema não é heliocêntrico, mas geocêntrico; que o nazi-fascismo é uma ideologia de “esquerda”³ e não de extrema-direita; que a teoria da evolução darwiniana não possui comprovação efetiva e que é equivalente à crença religiosa criacionista⁴; que não existiu ditadura militar no Brasil entre 1964-1985⁵; que vacinas causam doenças⁶ ao invés de preveni-las. É possível afirmar que a negação do extermínio sistemático de judeus por forças nazistas em campos de concentração, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), influenciou ou fortaleceu muitas dessas posturas negacionistas.

Como podemos observar, essas manifestações negacionistas atravessam diversos campos do saber científico e acadêmico, procurando deslegitimar diversas áreas, passando pela Geografia, Astronomia, Física, Biologia/Medicina, além de circular, também, através do campo da História e de outras áreas entre as Ciências Humanas. Em resumo, esse fenômeno negacionista apresenta-se em maior ou menor grau como uma recusa sistemática de qualquer pressuposto científico/acadêmico que siga na direção contrária às crenças religiosas ou posicionamentos político-ideológicos de determinados indivíduos e grupos.

Essa postura facilmente se conecta com toda sorte de teorias da conspiração, que alimentam movimentos mais ou menos organizados e que terminaram ganhando cada vez mais popularidade no contexto das redes sociais e pela facilidade de comunicação através da *internet*. As atividades docentes, nesse contexto, passam por dificuldades recorrentes, haja vista que essas tendências negacionistas vão numa contramão direta ao exercício rigoroso da pesquisa e produção do conhecimento científico em geral, e dos saberes históricos, em particular.

A discussão que propomos aqui não pretende analisar cada uma das formas de

² Apenas no *Facebook* (cf. https://pt-br.facebook.com/pg/aterraaplana/community/?ref=page_internal Acesso em 18 jan. 2021) o movimento “terraplanista” mobiliza mais de 100 mil seguidores. Em pesquisa ocorrida em fevereiro de 2019, o instituto Datafolha indicou que aproximadamente 11 milhões de brasileiros acreditam que a terra é “plana”. Disponível em <https://istoe.com.br/para-milhoes-de-brasileiros-a-terra-e-plana>. Acesso em 18 jan. 2021.

³ Essa discussão tem estimulado acalorados debates nas redes sociais e em sites de notícias, como podemos observar nas reportagens: O nazismo era um movimento de esquerda ou de direita? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-39809236> Acesso em: 20 Jan. 2021. “Nazismo é de direita, define o museu do Holocausto visitado por Bolsonaro em Israel”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47784368>. Acesso em: 25 ago. 2021.

⁴ Existe uma longa polêmica que visa equiparar o chamado criacionismo ao pensamento científico, inclusive já houve propostas para que a perspectiva religiosa criacionista fosse ensinada em escolas. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na ocasião manifestou-se oficialmente contra essa proposta. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sbpc-envia-carta-a-deputados-contrario-o-ensino-do-criacionismo-em-escolas/> Acesso em: 21 jan. 2021.

⁵ Índícios desses debates podem ser vistos nas seguintes reportagens: “Por que o que aconteceu em 1964 foi um golpe?” Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/17/por-que-em-1964-foi-golpe.htm>. Acesso em: 25 Jan. 2021. “Brasil diz à ONU que não houve golpe em 64 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978> Acesso em: 25 de jan. 2021.

⁶ Já existem inúmeros grupos/movimentos antivacina ao redor do mundo e esse discurso tem ecoado aqui no Brasil. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/deutsche-welle/2020/12/21/como-desinformacao-e-grupos-antivacina-ameacam-combate-a-covid-19-no-brasil.htm> Acesso: 20 jan. 2021. O instituto Datafolha também observou o crescimento dessa tendência: “Cresce o Número de Brasileiros que não Pretendem Tomar vacina contra Covid-19”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/datafolha-cresce-numero-de-brasileiros-que-nao-pretendem-tomar-vacina-contrario-covid-19-24794524> Acesso em: 20 jan. 2021.

negacionismo elencadas mais acima. Além disso, nossa abordagem acerca do negacionismo do Holocausto tal como representado na narrativa cinematográfica *Negação* (2016) não visa analisar o “conteúdo” dessa forma de negacionismo, mas sim, a sua “forma”, os modos através dos quais ele se “apresenta”.

Nessa compreensão, cada autor com quem dialogamos aponta caminhos pertinentes para a produção de conhecimento, criticando, também, desvios ou recusas adotadas, inclusive de modo deliberado, por indivíduos/grupos em relação ao método científico. Tais autores condenam veementemente tais desvios, haja vista que estas “recusas” terminam enfraquecendo as interpretações produzidas, as quais, por vezes, são difundidas como válidas cientificamente.

Jörn Rüsen (2010) procurou analisar as relações dinâmicas entre o que ele define como “partidarismo” e a busca por “objetividade”. “Partidarismo”, tal como concebe Rüsen, não está relacionado à questão política, mas, sim, à subjetividade, às “carências de orientação”. Indivíduos/grupos, motivados por seus interesses, por suas subjetividades, podem pesquisar num dado campo científico/acadêmico e contribuir com sua pesquisa, apresentando seus resultados para pares e leigos, suprimindo a “carência de orientação” inicial.

O ponto para Rüsen é que o “partidarismo” deve estar numa relação de equilíbrio com a noção de “objetividade”. Esta noção não significa “neutralidade”, “imparcialidade”, mas, sim, que a pesquisa observou procedimentos rigorosos, de modo que “[...] as histórias [ou resultados da pesquisa, seja ela qual for] pretendem possuir uma validade que vai além dessa relação funcional com posições eventuais de seus autores e destinatários na vida social” (RÜSEN, 2010, p. 127).

Dessa forma, o conhecimento produzido e motivado pela subjetividade/interesses de um indivíduo/grupo pode ser considerado como válido, inclusive por aqueles que não comungam com a mesma tendência científica, filosófica ou epistemológica. Isto é, indivíduos/grupos que não compartilham da mesma “subjetividade”, das mesmas “carências” do pesquisador reconhecem o fato de sua pesquisa ter seguido rigores próprios do método científico, sejam aqueles presentes nas ciências biológicas e exatas/experimentais, sejam aqueles vigentes nas ciências humanas.

Eric Hobsbawm, por sua vez, propôs em um de seus ensaios uma série de reflexões acerca do “engajamento” enquanto postura possível de ser adotada pelos cientistas/acadêmicos, em geral, e pelo historiador, em particular. Segundo esse autor, “engajamento” ou “engajado” tende a ser um predicado/adjetivo normalmente atribuído mais com um tom “negativo” do que “positivo”. Para Hobsbawm, existem dois modos iniciais para compreender o “engajamento”: de um lado, “engajamento” seria “outro modo de negar a possibilidade de uma ciência puramente objetiva e livre de valoração [...] [por outro lado, seria] a disposição em subordinar os processos e as descobertas da pesquisa às exigências do compromisso ideológico ou político do pesquisador...” (HOBSBAWM, 1998, p. 138).

Nesse movimento, a noção de “engajamento” pode justificar a premissa de que a ciência não é e nem pode ser objetiva, posto que seria motivada pelos interesses do pesquisador engajado. Por outro lado, significaria a defesa de que a ciência e os eventuais resultados de uma dada pesquisa são ou devem ser sempre subordinados aos interesses, aos ideais, enfim, aos valores religiosos/político-ideológicos que ele defende. Como veremos mais adiante, Hobsbawm é um crítico desse binarismo inicial.

Antoon De Baets concentrou seus esforços no sentido de propor uma teoria que ajudasse os historiadores não somente a identificar, mas também evitar e/ou punir o que ele define como “abuso da história”. Segundo De Baets, há pesquisas e interpretações historiográficas (e mesmo a discussão de temas históricos) que são “negligentes”, ou seja, possuem erros, inadequações ou imprecisões que, em alguns casos, não comprometem os resultados ou a pesquisa em sua totalidade, ainda que, dependendo do erro, isso possa ocorrer.

Ao contrário de uma negligência eventual, uma pesquisa ou interpretação “abusiva” é mais nociva, haja vista que ela recusa conscientemente os procedimentos do método científico e os rigores da pesquisa historiográfica porque visa, intencionalmente, elaborar resultados/enunciados

“distorcidos”. Logo, uma pesquisa/interpretação histórica “abusiva” é feita deliberadamente para “provocar engano” (DE BAETS, 2013, p. 24).

Por fim, dialogamos com Michel de Pracontal, oriundo do campo da matemática, atuando na área da ciência da informação e que, como jornalista, se dedica há décadas à divulgação científica e à crítica de diversos tipos de charlatanismo. Para esse autor, a “impostura científica” está situada entre a “falsa ciência” e a “ciência falsa”:

À primeira vista, não existe medida comum entre a falsa ciência e a ciência falsa. A primeira é apenas um simulacro, enquanto que a segunda implica uma real atitude científica, mesmo que seja pervertida. Se compararmos a ciência ao jogo de xadrez, o fraudador é um jogador desonesto que move a peça sem o conhecimento do adversário, para melhorar sua posição. Ele conhece a regra, mas a transgride. [...] O impostor da ciência fictícia, por sua vez, comporta-se como se ignorasse as regras do jogo. Ele aplica suas próprias regras. [...] Apesar dessa oposição, as duas categorias compartilham um traço comum: a recusa da realidade, seja pela fuga para a linguagem seja pela falsificação dos fatos. (PRACONTAL, 2004 p. 48-49)

Nessa compreensão, podemos observar que Michel de Pracontal caracteriza a “impostura científica” como essa conduta inconsistente, irresponsável e nociva situada entre a “pseudociência” e a “anticiência”. Em seu livro, que carrega na escrita certo tom satírico, provocativo, ele elenca em dez lições (enunciadas, em cada capítulo, quase como “mandamentos” religiosos) as práticas que, isoladamente ou em conjunto, dão corpo e forma à “impostura científica” e vida ao impostor: I – “As verdadeiras perguntas, farás”; II – “O seu nicho, com cuidado escolherás”; III – “A ciência oficial, achincalharás”; IV – “A mídia, com arte usarás”; V – “Os fatos, manipularás”; VI – “A história, reescreverás”; VII – “Deuses e santos, honrarás”; VIII – “Espíritos e demônios, invocarás”; IX – “Das armadilhas da linguagem abusarás” e X – “Algo refutável, jamais enunciarás” (PRACONTAL, 2004).

Ao utilizarmos o termo “negacionista”, cunhado por Rousso, e ao incorporarmos e apresentarmos brevemente alguns pressupostos dos autores com os quais dialogamos, podemos estabelecer um ponto de partida. O fenômeno negacionista, qualquer que seja sua manifestação, seria, num diálogo com Rüsen, uma pesquisa, interpretação, conjunto de enunciados ou juízos marcados por um “partidarismo” unilateral que não consegue (ou rejeita) alcançar a objetividade que é buscada através da execução pertinente do método científico, seja no campo da ciência biológica, exata, experimental ou humana.

O negacionista só existe na medida em que encontra outros iguais a ele, que compartilham a mesma subjetividade e as mesmas recusas. O negacionista, portanto, julga produzir/portar uma verdade única e absoluta, mas que não possui validade, posto que ele não se orienta por qualquer critério de objetividade, inclusive os critérios de “objetividade de fundamentação”, de “objetividade de consenso” e de “objetividade construtiva”, propostos por Rüsen (2010, p.138/140/142), como demonstraremos na próxima seção.

Numa articulação com Hobsbawm, o negacionista é/seria alguém/grupo engajado de tal forma que os resultados de sua pesquisa e as interpretações daí derivadas estão sempre subordinados à crença/aos valores político-ideológicos que defende. Por exemplo, alguém empenhado em provar que a Terra é “plana” por questões religiosas, tenderá a deslegitimar qualquer pressuposto que contrarie sua crença, quer seja um postulado científico, quer seja a sua própria experiência empírica.

O fenômeno do negacionismo, segundo a ótica de Antoon De Baets, tanto pode ser um conjunto de informações acumuladas de maneira negligente, quanto pode ser algo abusivo, ou seja, intencionalmente elaborado para enganar. Como complemento, pela perspectiva de Michel de Pracontal, o negacionista seria um “impostor”, que ora não se submete de antemão às regras do campo acadêmico/científico no qual ele quer atuar (agindo de maneira pseudocientífica), ora altera o resultado de suas pesquisas, experiências ou leituras para tentar dar sustentação ao negacionismo que emite (agindo, assim, de maneira anticientífica).

Após apresentarmos alguns dos pressupostos e autores com os quais dialogamos,

passamos para a próxima seção na qual analisamos alguns aspectos formais do negacionismo do Holocausto tal como representado na narrativa cinematográfica *Negação* (2016).

Análise do fenômeno negacionista no enredo do filme *Negação*

A narrativa cinematográfica que iremos analisar aqui é uma adaptação de um livro⁷ de autoria da historiadora Deborah E. Lipstadt (2017), professora da Universidade Emory. Nesse livro é relatado um conjunto de circunstâncias reais derivadas do processo judicial movido contra ela por David Irving (1938-), um notório negacionista do Holocausto. O (sub)gênero dessa narrativa cinematográfica consiste no que podemos denominar como “filme jurídico” ou “filme de tribunal”: apresenta o cotidiano das partes envolvidas, a constituição das provas, a elaboração das estratégias e dos argumentos de defesa, as réplicas e trélicas em face do juiz e do júri.

Ao problematizarmos essa narrativa cinematográfica, não visamos analisar o conteúdo discursivo/argumentativo do fenômeno do negacionismo do Holocausto nela representada. Abordar o “conteúdo” desse fenômeno, ou seja, cada crítica proposta por Irving e refutada por Lipstadt no julgamento ou nos livros de ambos exigiria maior espaço do que o que dispomos aqui.

Nosso objetivo é analisar as práticas, a forma ou performance verossímil através da qual essa postura negacionista foi representada nesse filme. Em nossa leitura, ainda que variado em suas manifestações, o fenômeno negacionista possui algumas características em comum. Procuramos identificar os traços típicos das dimensões formais desse fenômeno representado no filme *Negação* e, a partir daí, estabelecer articulações com alguns dos aspectos discutidos por Rüsen, Hobsbawm, De Baets e Pracontal, sumariados na seção anterior.

Partimos do princípio de que a linguagem cinematográfica enquanto ferramenta narrativa e fonte de pesquisa histórica já se constitui e se insere como um objeto/campo de estudo consolidado, o que se manifesta através de inúmeras pesquisas e vasta bibliografia. Para abordar essa linguagem numa perspectiva historiográfica, nos aproximamos da ótica de Marc Ferro: “O filme, aqui, não está sendo considerado do ponto de vista semiológico. [...] Ele está sendo observado não como obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas”. (FERRO, 1992, p. 87).

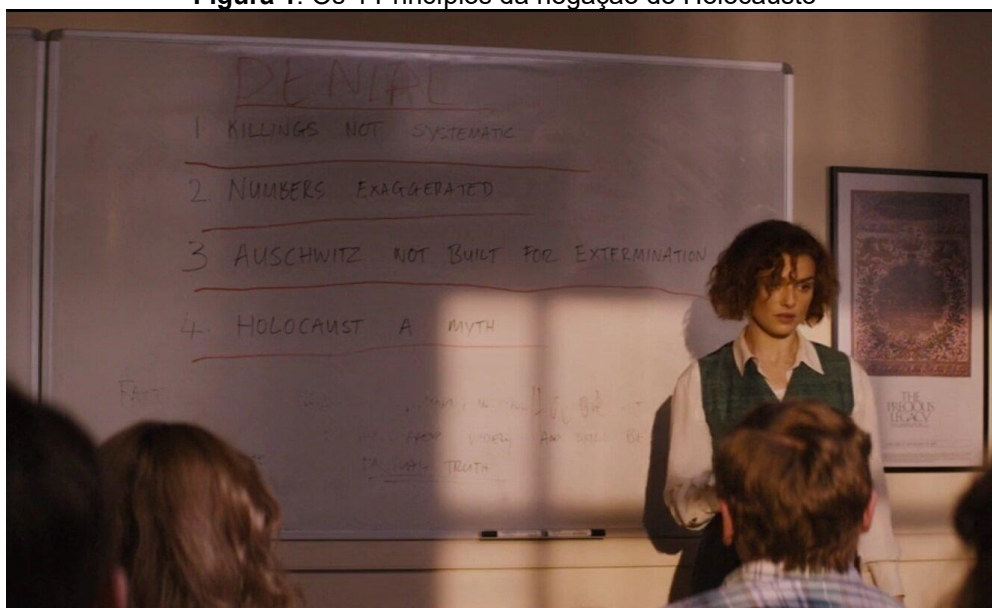
Seguindo a trilha de Marc Ferro, observamos no filme *Negação* e no fenômeno que ele representa essas significações para além do cinematográfico em si. As circunstâncias derivadas de uma situação real que seu roteiro adapta indicam um dos sintomas de nosso tempo presente no qual o negacionismo tem se espalhado, colocando em descrédito inúmeras ciências, além de alimentar toda sorte de preconceitos.

Têm se tornado cada vez mais recorrentes, nos debates e análises políticas, termos como *fake news* e até mesmo “pós-verdade”, o que seria um indício dessa tendência em considerar falso ou resultado de manipulação aquilo que contradiz determinada afirmação ou juízo. Isto implica na criação de uma espécie de “verdade absoluta” particular, “customizada”. Armados com termos como esses, os indivíduos e grupos passam a considerar como verdade/verdadeiro apenas aquilo que reforça sua própria visão de mundo e seus posicionamentos político-ideológicos ou religiosos.

O roteiro do filme *Negação* possui uma estrutura convencional. Em suas primeiras cenas, somos apresentados aos personagens antagonistas: numa citação incidental vemos David Irving negando a existência de câmaras de gás em Auschwitz e as mortes que nelas teriam ocorrido. Em seguida, vemos Deborah Lipstadt em seu “mundo comum”, se exercitando, corrigindo trabalhos, ministrando aulas e revisando a edição de seu livro que estava prestes a ser publicado.

⁷ O livro intitula-se originalmente *History on Trial: My Day in Court with a Holocaust Denier* e foi publicado no Brasil com título homônimo ao filme.

Figura 1: Os 4 Princípios da negação do Holocausto



Fonte: *shot* do filme *Negação* (2016).

Na figura 1 vemos uma cena na qual Deborah Lipstadt ministra uma aula sobre o que denominamos “estrutura retórica” da negação do Holocausto, nosso primeiro ponto de análise:

A negação do Holocausto repousa sobre quatro afirmações básicas: Número 1. Que nunca houve uma tentativa sistemática e organizada pelos nazistas de exterminar os judeus na Europa; Número 2. Que os números [de mortos] são bem menos de 5 ou 6 milhões; Número 3. Que não havia câmaras de gás nem instalações especificamente construídas para o extermínio; Número 4. Que o Holocausto é, portanto, uma lenda inventada pelos judeus visando compensações financeiras e para aumentar as fortunas do Estado de Israel. (*NEGAÇÃO*, 2016, aos 00: 01min: 30 segs).

Os pontos elencados nessa primeira cena que selecionamos se aproximam daqueles indicados por Pierre Vidal-Naquet (1988, p.37-38) quando de suas análises sobre o revisionismo negacionista do Holocausto. Nessa estrutura retórica, os judeus teriam sido, no máximo, vítimas contingenciais durante a guerra e não um “alvo” específico, premissa que ignora a destruição de provas e os testemunhos dos crimes nazistas. Implicitamente, termina por reiterar a chamada “teoria da conspiração judaica” que se popularizou através do panfleto antisemita “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, um plágio de um texto de crítica política escrito na segunda metade do século XIX (Ver ECO, 1994, p. 123-147; GIRARDET, 1988, p. 25-62; ROSENFELD, 2011).

Segundo tal teoria da conspiração, os judeus tramam secretamente a dominação mundial. O antissemitismo e a perseguição nazista seriam uma espécie “defesa” contra essa “ameaça”. Logo, se aquelas afirmações acima fossem verdade o Holocausto, por fim, seria apenas uma “narrativa” sem fundamento, um “mito”, uma “tática” para concretizar o domínio judeu.

No roteiro do filme, na ocasião da conferência de publicação do livro de Deborah Lipstadt, David Irving vem a público no meio da plateia e a contesta diretamente após Lipstadt afirmar que nunca debate com negacionistas. Nessa segunda cena selecionada, enquanto declara ter décadas de pesquisa nos arquivos e diversos livros publicados por grandes editoras, Irving afirma: “Bem, eu tenho mil dólares aqui no meu bolso. É, mil dólares, e estou disposto a dar esses mil dólares a qualquer um, a alguém que me mostrar um documento que prove que Hitler ordenou o extermínio dos judeus.” (*NEGAÇÃO*, 2016, entre 00h: 07 min: 50 segs. e 00h: 08 min: 06 segs.).

Certamente, devem existir as mais variadas pesquisas acerca do Holocausto, cada interpretação enfatizando os mais distintos aspectos. Uma característica central da estrutura retórica negacionista é que ela parece propor um “outro lado da história” (e muitas vezes se apresenta dessa forma), mas, apenas nega um dado fato parcialmente ou em sua totalidade,

deslegitimando todas as demais interpretações contrárias à tese enunciada e defendida.

A estrutura retórica negacionista, tal como na cena indicada acima, joga com uma definição de “prova” com a qual a ciência mais exigente ou o debate acadêmico mais rigoroso nem sempre podem contar: inexistindo um documento inquestionável do próprio Hitler assinando a ordem para o extermínio coletivo, não haveria prova alguma. E, se tal documento, vídeo, áudio ou fotografia existisse, satisfazendo a exigência do negacionista, ele ainda poderia ser contestado.

Para o negacionista, mesmo rigorosamente analisados, os discursos, a iconografia e a propaganda antissemita⁸ nazista, as centenas de referências negativas ao povo judeu no *Minha Luta*, texto basilar da ideologia nazi-fascista, as leis raciais, a criação de guetos, a perseguição e prisão de centenas de milhares de judeus e os testemunhos dos sobreviventes são considerados inválidos, ou seja, são incapazes de atuarem como provas diretas ou circunstanciais, indiretas.

Existe uma enorme confluência de elementos que dão sustentação para a produção de determinado conhecimento científico/acadêmico que não é tributária dessa prova única e absoluta exigida pelo negacionista. Essa convergência se acentua através das relações interdisciplinares que aproximam campos distintos para análise de um mesmo fenômeno. O Holocausto pode ser investigado, por exemplo, a partir de um ponto de vista historiográfico, econômico, demográfico, psicológico, entre outros, e mediante uma aliança desses campos. Logo, esses contatos interdisciplinares reconhecem mutuamente a existência do fenômeno que é analisado.

O negacionista, como representado no filme *Negação* atribui a si mesmo enorme autoridade (suas “décadas de pesquisa”, seus “diversos livros publicados por grandes editoras” etc.) ao mesmo tempo em que recusa se orientar pelos critérios de objetividade do campo no qual deseja atuar. Retomando a metáfora, é como se o negacionista se apresentasse como o melhor jogador de xadrez do mundo, mas, ora ignora as regras do jogo, ora as altera segundo sua conveniência. As décadas de pesquisa e os diversos livros publicados pelos demais pesquisadores da comunidade acadêmica que consideram a existência efetiva do Holocausto são desconsiderados pelo negacionista. Só a sua experiência e “autoridade” tem valor.

Para Jörn Rüsen, as interpretações históricas não estão isentas da subjetividade do pesquisador, ou seja, neutralizar/eliminar a subjetividade não é possível. No entanto, tais interpretações não servem apenas para atender as “carências de orientação” dos indivíduos que as elaboram ou do grupo para quem elas se dirigem. A subjetividade de um indivíduo/grupo pode motivar pesquisas consistentes e pertinentes desde que sejam orientadas por critérios de objetividade empregados pela comunidade acadêmica/científica. Rüsen sugere a existência de três destes critérios: a “objetividade de fundamentação”, a “objetividade de consenso” e a “objetividade construtiva”. Os negacionismos em geral e aquele que nega o Holocausto em particular, passam ao largo desses critérios. Para Rüsen:

[...] uma objetividade comum de fundamentação só se constitui, para além dos múltiplos partidarismos, quando as histórias tratam de conteúdos empíricos do passado semelhantes ou análogos. [...] a objetividade de fundamentação exerce efeitos sobre o modo de as histórias serem partidárias: ela disciplina as carências e os interesses que engendram o pensamento histórico. (RÜSEN, 2010, p. 139-140).

Caso alguém desejasse, por conta de alguma “carência de orientação” sua ou de seu grupo, elaborar uma pesquisa visando negar o Holocausto e se insistisse na execução dessa pesquisa mesmo em face de diversos estudos que analisam registros materiais e testemunhais relativos ao fenômeno que ele nega, esse “pesquisador” estaria alimentando um obstáculo cognitivo ao não se orientar pelo critério de “objetividade de fundamentação” indicado por Rüsen.

⁸ Existem projetos que compilam esses e outros materiais, além de indicarem numerosas fontes bibliográficas tais como o *German Propagand Archive* da *Calvin University*, disponível em: <https://research.calvin.edu/german-propaganda-archive/> além do *United States Holocaust Memorial Museum*, disponível em: <https://www.ushmm.org/collections/bibliography/nazi-propaganda-1>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Em cada comunidade científica/acadêmica há elementos que são compartilhados. Ainda que o campo da história possua fronteiras identificáveis, há, como observou Barros (2004), enorme diversidade nos fazeres historiográficos e entre os historiadores. O negacionismo tende a não utilizar outras pesquisas já estabelecidas como fundamentação para sua interpretação, como referencial teórico, metodológico, bibliográfico, pois recusa de antemão os elementos consensuais mais fundamentais e a existência de conteúdos históricos empíricos similares/análogos. A interpretação negacionista possui força apenas na medida em que se afirma.

Através da “objetividade de consenso”, o segundo critério proposto por Rüsen, “[...] as histórias [poderiam] colocar seus significados, uniformemente, à disposição de homens com referenciais, carências e interesses diferentes na vida social, servindo assim a autocompreensão” (RÜSEN, 2010, p. 140). Isto estimula a produção de um campo dialógico, no qual a pesquisa é lida, discutida e avaliada por pessoas diferentes (seja por questões étnicas, religiosas, ideológicas, culturais etc.) do pesquisador.

Contudo, para interpretações negacionistas, tais como as que negam o Holocausto, essa “objetividade de consenso” não ocorre: elas negam experiências ou circunstâncias vividas e já analisadas por outros pesquisadores, não contribuindo para autocompreensão. Há mais uma imposição do que a busca por diálogo. Na ótica de Rüsen, “seria lamentável que as perspectivas do conhecimento histórico fossem identificadas com unilateralidade. [...] como todo conhecimento está numa determinada perspectiva, a unilateralidade do pensamento histórico é, de certa maneira, também uma perspectiva, mas não absoluta.” (RÜSEN, 2010, p. 141).

Portanto, esse “partidarismo unilateral”, que recusa orientar-se por critérios de objetividade, pode ser visto como um dos traços do negacionismo. Não promove diálogo, nem mesmo debate. Isto porque o critério da “objetividade construtiva”, o terceiro sugerido por Rüsen, consideraria a possibilidade de as interpretações históricas (ou de qualquer outra ciência) serem capazes de

[...] articular mediante seu sentido, a identidade de seus destinatários por meio da argumentação comunicativa dirigida pela ideia regulativa da humanidade como comunidade universal de comunicação. [ao promover uma] argumentação racional, os interlocutores [...] não se comportam de modo arbitrário, mas assumem uma atitude prévia de reconhecimento mútuo. (RÜSEN, 2010, p. 143-144).

A estrutura retórica negacionista recusa os fundamentos já estabelecidos numa dada comunidade acadêmica/científica e os seus critérios de objetividade. Enfraquece os “consensos” não por se negar a reafirmar algo acriticamente, mas por não colocar suas próprias teses à disposição dos demais indivíduos, haja vista insistirem em interpretações unilaterais. Por fim, tais teses são um obstáculo cognitivo, numa articulação com o terceiro critério proposto por Rüsen, porque muitas vezes, ao invés de serem elaboradas a partir de raciocínios logicamente estruturados, terminam recorrendo a toda sorte de falácias. Os negacionistas, desse modo, veem a si mesmos como estando acima das regras e critérios seguidos pelos demais, não reconhecendo o Outro, diferente dele, como um interlocutor.

Para a discussão do sentimento de ser um *outsider*, o segundo aspecto formal do negacionismo que selecionamos para análise, cabe sair um pouco das cenas e circunstâncias representadas no roteiro do filme *Negação*, passíveis de licenças poéticas e subordinado às exigências da ficcionalização e fazer uma breve citação do livro de Deborah Lipstadt e que diz respeito aos fatos que inspiraram a ficção. Para Lipstadt:

[David Irving era] um autor bem conhecido de uma série de livros relacionados a vários aspectos da Segunda Guerra Mundial e da Alemanha Nazista, [que, em 1988] [...] estava publicamente negando o Holocausto. Nascido em 1938 [...] Irving estudou na Universidade de Londres, mas nunca se formou [indo trabalhar como metalúrgico na Alemanha]. [...] Ao retornar à Inglaterra, no início da década de 1960, passou a se sustentar escrevendo artigos sobre a Alemanha. Segundo o próprio Irving, [...] estava ganhando tanto dinheiro que abandonou sua tentativa de se formar e passou a dedicar-se à carreira de escritor de materiais relacionados à História. (LIPSTADT,

Para Benoît Denis (2002, p.20-21) o intelectual engajado surge de duas formas: alguém pode utilizar o renome que possui numa dada área para chamar a atenção acerca de alguma discussão política ou social ou, ao contrário, pode utilizar seu saber técnico, científico ou artístico como “ferramenta” de seu engajamento, visando, dessa maneira, contribuir para dado debate. David Irving, conforme Lipstadt indica, passou a tratar de temáticas históricas como autodidata. Isso, em si mesmo, não é um problema de antemão. A questão do autodidatismo nos conecta com o tema do engajamento e com esse segundo aspecto que analisamos, o sentimento de ser um *outsider*. Irving seria um *outsider*, um autodidata engajado na denúncia contra a “farsa” judaica.

Para Lipstadt, ainda em seu livro, a conversão de Irving para o negacionismo do Holocausto se deu após o contato com o chamado “Relatório Leuchter”⁹. A partir desse momento, ele passou a afirmar que “[...] centenas de milhões de pessoas honestas e inteligentes foram enganadas pela bem financiada e brilhantemente bem-sucedida campanha publicitária do pós-guerra” (IRVING apud LIPSTADT, 2017, p. 47).

Sobre os tipos de engajamento, Hobsbawm (1998, p. 139) diz que “um diz respeito ao engajamento dos fatos, o outro, ao das pessoas”. Um indivíduo, do meio científico/acadêmico ou não, pode se engajar pessoalmente, a partir dos mais diversos panos de fundo, numa causa (ou campo de estudos) considerada legítima, indo do ativismo até uma militância político-partidária.

Dependendo de seu renome numa dada área, dos saberes técnicos/científicos/artísticos que possua, ou mesmo por seu carisma/eloquência, a repercussão do engajamento pode ser multiplicada. A questão é que quando ocorre essa “conversão” do engajamento “pessoal” para o engajamento “dos fatos”, opera-se uma transformação que coloca em “risco” a dinâmica da subjetividade-objetividade e, por consequência, os eventuais resultados da pesquisa.

As opiniões do indivíduo que se engaja pessoalmente nem sempre possuem consistência ou adequação, mesmo quando esse indivíduo possui certos “saberes” utilizados como “ferramenta” para seu engajamento. As dimensões de consenso e de objetividade presentes no campo onde o indivíduo engajado almeja atuar devem ser observadas, o que se torna mais crítico quando esse campo for científico/acadêmico. Esse é o caso de David Irving, um autodidata que engaja os fatos e altera seus sentidos. Porém, o engajamento não é uma carta branca.

Na ótica de Hobsbawm, “[...] para todos os envolvidos no discurso científico, as proposições devem estar sujeitas a validação por métodos e critérios que não estejam, em princípio, submetidos ao engajamento, independentemente de suas consequências ideológicas e de sua motivação” (HOBSBAWM, 1998, p. 142). Desse modo, qualquer indivíduo pode se engajar pessoalmente, mas não pode alterar os fatos quando estes não coadunam com sua visão de mundo, com sua crença religiosa ou convicções ideológicas, pois, assim fazendo, termina por subordinar os resultados de sua prática, de suas pesquisas, em função de algo para além dessas atividades. Cada comunidade científica/acadêmica, cada disciplina, por mais variadas que sejam internamente, possuem regras próprias de fiscalização e validação do que é produzido.

O sentimento de ser um *outsider*, a segunda dimensão do negacionismo que identificamos, é indicada em outra cena do filme, quando os representantes legais de Deborah Lipstadt visitam David Irving. Para Irving, o processo que se iniciava era como a luta de “Davi contra Goliás”: “Entendam, eu o vejo [o processo, no caso] como a Academia contra o resto. Lembrem-se: os

⁹ Durante o julgamento de Ernst Zündel, também negador do Holocausto, Fred Leuchter fora contratado para fazer uma perícia forense em Auschwitz-Birkenau em busca de evidências que provassem a existência das câmaras de gás. Em seu relatório, Leuchter afirma que tais evidências não existiriam. Contudo, em seu livro Deborah Lipstadt (2017) aponta quais erros foram cometidos por ele, o que tornava suas conclusões inadequadas. Além disso, no *United States Holocaust Memorial Museum*, é indicado que Leuchter, ao contrário do que declarou, não era engenheiro formado, nem possuía formação em biologia, toxicologia ou química, o que seria fundamental para a análise forense que ele pretendia empreender, reafirmando as inadequações de suas conclusões. Disponível em <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/holocaust-denial-key-dates>. Acesso em 20 jan. 2021.

maiores historiadores nunca foram acadêmicos. Somos outsiders (intrusos). Cato, Tucídides, Gibbon, Churchill... (*NEGAÇÃO*, 2016, entre 00:h 17min 07 segs. e 00h: 17min 17 segs.).

Este seria um dos elementos mais comuns (mas não único) do fenômeno negacionista. Indubitavelmente, há discussões (acaloradas) nas comunidades científicas/acadêmicas pelas mais variadas razões. Contudo, o negacionista se vê, de fato, como um *outsider*, alguém “de fora”, incompreendido, uma pessoa perseguida por forças poderosas que não rubricam sua “genialidade”. Dessa forma, o negacionista julga-se correto ao “engajar os fatos” mudando seus sentidos, seus significados ou mesmo negando sua existência, subordinando tudo em função de seu partidarismo. Assim, recusa os critérios de objetividade compartilhados por uma dada comunidade científica/acadêmica. Irving invalida a pesquisa de Lipstadt por ela ser judia, como se isso desqualificasse suas pesquisas ou como se ele mesmo fosse isento de subjetividade.

Tudo que o negacionista enunciar, todas as interpretações que elaborar, estarão em congruência absoluta com suas crenças e/ou motivações político-ideológicas. Logo, considera que suas interpretações ou resultados de pesquisas não podem ser avaliados pelos critérios da comunidade em que visa atuar. Para Hobsbawm (1998, p. 143), “toda forma de engajamento que sustente que tudo que é politicamente exigido em um momento deve ter seu equivalente no discurso científico não encontra nenhuma justificativa”. Isto porque a reflexão científica/acadêmica pode produzir resultados que contradizem os valores com os quais certos indivíduos se engajam.

As possíveis pressões de um polo político-ideológico/religioso, a subordinação do indivíduo em relação aos valores com os quais se engaja e, até mesmo, interesses comerciais e financeiros podem terminar gerando aquilo que Antoon De Baets definiu como “abuso da história”. Ao refletir sobre este “abuso”, De Baets não pressupõe a existência de uma ciência ou prática acadêmica imparcial, neutra.

Toda pesquisa, mesmo aquelas executadas com extremo rigor teórico, metodológico, conceitual, possui lacunas e, eventualmente, até mesmo erros. Uma pesquisa/interpretação abusiva é intencionalmente errada, inconsistente. A negligência pode passar despercebida. O abuso, tal como concebe De Baets, é consciente de si mesmo:

Os abusos ameaçam [...] a autoridade e a eficiência da historiografia profissional. Engendram custos sociais em termos de depreciação da profissão de historiador e rebaixam a qualidade do discurso histórico como um todo. Alimentam crenças em mitificações da história e seus usos para propaganda ou, ainda, induzem ao esquecimento da história previamente conhecida. O dano que se causa à produção historiográfica é um dano social. (DE BAETS, 2013, p. 26)

É precisamente isso que ocorre com todas as formas de negacionismo e é o que vemos no negacionismo do Holocausto. Mitificações da realidade e “conspirações” são alimentadas (por exemplo a “conspiração judaica”, as “grandes corporações farmacêuticas” que fazem populações adoecerem através de vacinas e remédios etc.). Há custos sociais evidentes quando se nega a existência do racismo, do machismo/misoginia, da homofobia, da xenofobia, da violência perpetrada por regimes autoritários/ditatoriais, pois aqueles que praticam tais preconceitos ou defendem formas de violência política (tortura, “desaparecimentos”, prisões arbitrárias) podem agir livremente, na medida em que suas condutas não são definidas como equivocadas ou criminosas.

Por conta disso, as vítimas de tais condutas são, por vezes, silenciadas ou desacreditadas. Nesse mesmo movimento, as ciências que refletem sobre muitos desses elementos que estão sendo sumariamente negados passam a ser deslegitimadas. No roteiro do filme *Negação*, isso é demonstrado na quarta cena que selecionamos para análise, quando a estratégia de defesa de Deborah Lipstadt escolhe não chamar nenhum sobrevivente do Holocausto para testemunhar, pois isso somente daria munição para Irving, que os ridicularizaria publicamente.

Figura 2: A ridicularização dos sobreviventes.



Fonte: *shot* do filme *Negação* (2016).

Na figura 2 vemos o momento no filme quando o advogado de Lipstadt mostra uma fita de vídeo na qual Irving sugere que uma das sobreviventes do holocausto teria feito uma tatuagem semelhante àquelas dos prisioneiros dos campos de concentração para conseguir ganhar dinheiro (*NEGAÇÃO*, 2016, aos 01h: 06 min: 25 segs.), deslegitimando e ridicularizando a sobrevivente, negando sua experiência e memória.

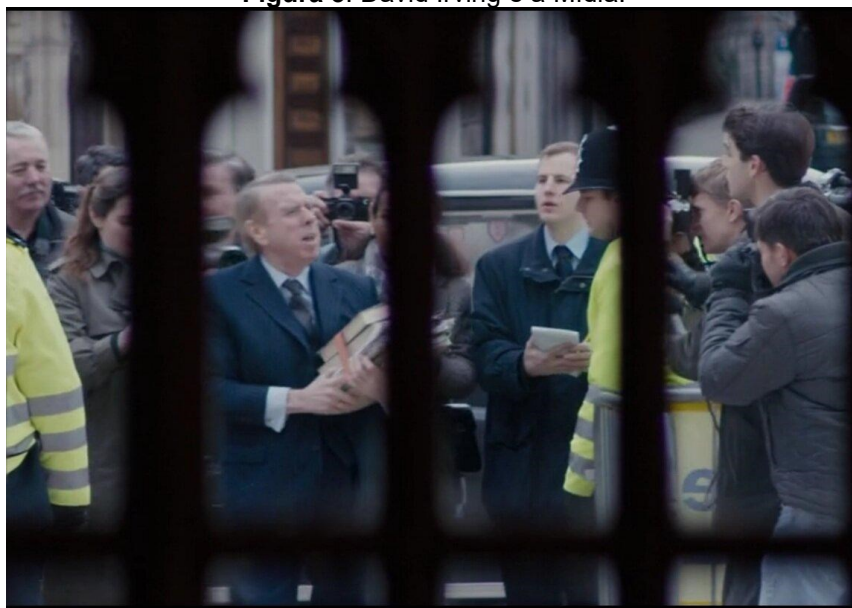
Na esteira de negacionismos como esse, outras pessoas podem se tornar vítimas silenciadas/desacreditadas: um afrodescendente não pode sofrer racismo, pois isso “não existe”; uma vítima de tortura ocorrida sob um regime autoritário “mente”, pois “não há a prova inquestionável” da tortura que ela alega ter sofrido; uma mulher vítima de assédio ou abuso “deve ter feito alguma coisa” para sofrer isso pois não há cultura machista. Para De Baets, “Algumas formas de abuso [...] não podem nem mesmo refugiar-se no direito à liberdade de expressão” (DE BAETS, 2013, p. 27). Ainda segundo esse autor, o “abuso” da história manifesta-se, por um lado, através de três condutas, isoladas ou em conjunto:

Quando historiadores reúnem fontes com a intenção de provocar um dano, cometem um abuso heurístico. Quando [...] [alteram, omitem, distorcem, inventam dados ou apresentam] teorias deliberadamente não científicas – eles cometem um abuso epistemológico. [...] Ao produto do abuso [que seria o abuso “pragmático”] atribui-se o nome de “história pseudocientífica”, “pseudo-história” ou “falsa-história” (DE BAETS, 2013, p. 28).

Uma interpretação elaborada a partir de condutas como as indicadas na citação acima é “abusiva”, portanto, porque é ciente de seus erros. É através dessas distorções e omissões que o “abusador”, tal como o negacionista, engana aqueles a quem se dirige, o público que o ouve ou lê seus textos. O negacionista ataca a comunidade científica/acadêmica na qual visa atuar na medida em que oculta suas falhas, as inadequações de sua reflexão e a inconsistência dos procedimentos de sua pesquisa. Em suma, cobre os rastros dos abusos heurísticos, epistemológicos e pragmáticos que cometeu.

Por fim, nossas observações acerca do terceiro aspecto formal do fenômeno negacionista representado nessa narrativa cinematográfica dizem respeito à dimensão da “publicidade” que os negacionismos perseguem. Na medida em que o negacionista não encontra lugar na comunidade científica/acadêmica cujos critérios de objetividade ele recusa seguir, ele parte em busca de um “palco”, um público.

Figura 3: David Irving e a Mídia.



Fonte: *shot* do filme *Negação* (2016).

Na quinta cena selecionada, na figura 3, o roteiro do filme, ao representar uma das sessões do julgamento, ocorrida no dia 11 de janeiro de 2000, nos mostra que Deborah Lipstadt fora orientada a não dar entrevista aos jornalistas que aguardavam na entrada do tribunal, tendo visto que o processo havia ganhado espaço na mídia. David Irving, por seu lado, mostra-se satisfeito ao ser interrogado pelos repórteres (NEGAÇÃO, 2016, aos 00h:48 min. 43 segs.), pois esta seria mais uma situação privilegiada para atizar a polêmica, posto que ele estava sob os holofotes, no centro do palco e, dessa forma, atingiria um público maior do que aquele que ali estava presente.

Esse elemento nos conecta com os pressupostos elaborados por Michel de Pracontal acerca das condutas e práticas que caracterizam a chamada “impostura científica”. Ressaltamos que numa comunidade científica/acadêmica, ainda que haja elementos que são consensuais, há enorme diversidade nas práticas de cada membro integrante dessa comunidade, não havendo homogeneidade ou coesão absoluta. Os mesmos fenômenos podem ser analisados a partir de perspectivas teóricas, conceituais e metodológicas distintas. Em cada comunidade científica/acadêmica há posturas que são discutidas, debatidas, fomentando convergências e divergências. Na ótica de Pracontal, ao não aceitar os critérios de objetividade ou ao alterar tais procedimentos segundo sua conveniência, é como se o negacionista não adotasse uma postura, mas uma “impostura”: ele “finge” ser ou saber aquilo que não é ou não sabe.

Como indicamos anteriormente, Michel de Pracontal elabora dez lições, enunciadas como “mandamentos”, como crítica contra a “impostura científica”. Ao analisarmos aqui o modo como o fenômeno negacionista foi representado na trama dessa narrativa cinematográfica, podemos identificar nas condutas atribuídas a David Irving uma articulação com pelo menos sete ou oito desses “mandamentos” do impostor.

Um traço que marca o impostor são as “respostas” que ele oferece para o que Pracontal definiu como “verdadeiras perguntas”. Estas seriam questões para as quais as ciências exatas, experimentais, biológicas ou humanas não conseguem responder. Os cientistas, ao contrário do impostor, tentam responder as “boas perguntas”, que “[...] pertencem ao domínio público, ao cotidiano. Elas são muito úteis, mas não passam de perguntas menores” (PRACONTAL, 2004, p. 27-28). As “verdadeiras perguntas”, para as quais só o impostor tem a resposta, seriam enigmas existenciais essenciais, mistérios insondáveis, atraindo o interesse do grande público.

Ao negar o Holocausto e transformá-lo numa narrativa conspiratória, David Irving estaria respondendo uma “verdadeira pergunta”: afinal, por qual razão os judeus insistem nessa narrativa? Ora, como dissemos antes, a resposta do negacionista seria porque eles almejam uma “vantagem”,

compensações financeiras, enfim e em última instância, seria mais um ardil em suas maquinações para efetivarem a “dominação mundial”, a qual deve ser publicamente denunciada.

As “boas perguntas”, as questões científicas/acadêmicas vão numa direção diferente: como o Holocausto foi possível? Por que as pessoas aceitaram enxergar nos judeus uma ameaça tão grande? Como os movimentos sionistas passaram a ressignificar, no pós-Segunda Guerra, essa questão? Quais influências esse fenômeno e suas ressignificações tiveram na geopolítica mundial e local? Ou seja, ainda que sejam apontadas questões críticas durante a Segunda Guerra e após seu término, o fenômeno não é negado em si mesmo ou interpretado como uma trama elaborada por um “agente conspirador” oculto. Oferecer “a resposta” para as “verdadeiras perguntas” é a primeira “lição” do impostor. E é a resposta polêmica, vazia, que o coloca na mídia.

Observando discussões elaboradas por Pracontal, David Irving estaria próximo de mais algumas dessas “lições” ou “mandamentos”. Ao dedicar-se de maneira tão fervorosa na negação do Holocausto, ele se aproxima da “lição” 2 (“o seu nicho, com cuidado escolherás”): deliberadamente ou não, seu nicho de leitores seria composto por antissemitas latentes ou declarados. Ao recusar os critérios de objetividade presentes na comunidade acadêmica dos historiadores, por exemplo, aproxima-se, respectivamente, da “lição” 3 (“a ciência oficial, achincalharás”); da “lição” 5 (“os fatos, manipularás”); da “lição” 6 (“a história, reescreverás”). A recusa dos consensos acadêmicos/científicos é uma constante entre todos os tipos de negacionistas, assim como as distorções relacionadas aos fatos. Posto que o holocausto não teria sido um fenômeno real no contexto da segunda guerra mundial, caberia reescrever a história “verdadeira”.

Ao utilizar de maneira hábil a dimensão de publicidade e polêmica que envolve os debates sobre a negação do Holocausto, Irving aproxima-se da “lição” 4 (“A mídia com arte, utilizarás”). Esses debates vazios terminam adquirindo forte ressonância entre o senso comum, o que não deixa de gerar audiência para os veículos midiáticos que se propõem a dar espaço para a discussão de temas negacionistas. Em certos momentos, justificam tal postura através da noção de “ouvir o outro lado”, independente da consistência dos argumentos proferidos.

É inegável que Irving possui qualidades como escritor, como orador. Utiliza-se dessas habilidades para construir suas narrativas, aproximando-se, portanto, da “lição” 9 (“das armadilhas da linguagem, abusarás”) e da “lição” 10 (“algo refutável jamais enunciarás”). Em relação a essas “armadilhas” da linguagem, lembremos da noção de “prova” exigida pelo negacionista: a prova deve ser totalmente inquestionável, mas, mesmo se ela existe (isoladamente ou em articulação com outras provas), ainda pode ser posta em dúvida e negada.

Façamos um breve exercício de imaginação: se houvesse um registro audiovisual no qual Hitler e seu mais alto escalão de oficiais e ideólogos estivessem na frente de uma câmara de gás em Auschwitz, se fosse possível identificar com precisão Hitler dando a ordem para o extermínio dos judeus e se, nesse momento, a morte de um grupo de judeus tivesse sido capturada nesse registro audiovisual, essa prova ainda poderia ser contestada pelo negacionista. Ele poderia objetar, por exemplo, que isso foi um caso isolado e que, para caracterizar um genocídio sistemático, como os diversos registros e fontes já indicam e que o negacionista não reconhece como válidos, seria preciso outras provas semelhantes para cada campo de concentração onde se afirma terem ocorrido os extermínios. Para o negacionista, a negação é um método, um princípio.

É nesse ponto que Irving se aproxima da “lição” 10 (“algo refutável, jamais enunciarás”). Grosso modo, o método científico segundo indicativos de Karl Popper, seria caracterizado: a) Pela identificação de um problema; b) Pelo estabelecimento de hipóteses que visam solucionar o problema identificado; c) Pela verificação/teste das hipóteses estabelecidas como possível solução para o problema; d) Pela corroboração das hipóteses que solucionaram, ou não, o problema identificado. Para Pracontal (2004, p. 316-317), “dito de outro modo, e sempre segundo Popper, “o critério de cientificidade de uma teoria reside na possibilidade de invalidá-la, de refutá-la ou ainda de testá-la”. Para corroborar sua hipótese, o pesquisador tenta invalidá-la, verificá-la.

Refutar não significa apenas apresentar uma contestação, uma versão oposta, contrária, mas, sim, identificar as inconsistências de uma pesquisa, de uma hipótese ou interpretação. Nas ciências exatas, essa inconsistência pode ser um erro de cálculo; nas ciências experimentais ou biológicas, pode ser um equívoco nos procedimentos ou experimentos executados; nas ciências humanas em geral, e na História em particular, como afirma De Baets (2013, p. 21), é possível avaliar determinada pesquisa ou interpretação como um tipo de teste, que “[...] examinaria a relação entre a teoria, as fontes disponíveis, o método aplicado e a lógica do argumento”.

Ao recusar consensos e procedimentos já estabelecidos e em constante discussão, uma tese negacionista não se coloca como hipótese a ser verificada, pois ela seria invalidada no ato de sua enunciação. A tese negacionista não pode ser corroborada como válida porque que deslegitima sistematicamente aquilo que a invalida, recusando teste ou verificação. Daí a razão dos negacionismos rejeitarem os critérios de objetividade presentes numa dada comunidade científica/acadêmica. Por essas e outras razões, os negacionismos são e devem ser combatidos. Aparentam ser algo que não são, mas suas consequências podem gerar danos irreversíveis.

Considerações finais

O objetivo perseguido por nosso trabalho foi o de analisar algumas dimensões formais do fenômeno negacionista através das representações elaboradas pelo roteiro do filme *Negação*, que adapta um livro que tem como centro um conjunto de discussões e disputas jurídicas reais acerca da existência do Holocausto enquanto fato histórico, o que diversas pessoas negam, inclusive David Irving. Para compreendermos esses elementos, dialogamos com alguns autores dentro e fora do campo da História que se dedicaram à reflexão teórica e epistemológica, tanto para a produção do conhecimento historiográfico em particular, quanto científico, em geral.

Num primeiro momento, apresentamos alguns dos pressupostos gerais e iniciais dos autores com os quais dialogamos. A partir desse diálogo, o negacionismo passou a ser compreendido como uma negação da historicidade de certos fatos ou fenômenos, segundo Rousso e Lima e como um “partidarismo unilateral”, avesso aos critérios de objetividade, segundo Rüsen. Ao travarmos contato com Hobsbawm, o negacionismo pode ser entendido como um tipo de “engajamento dos fatos”. Assim, um indivíduo/grupo tende a alterar os sentidos de um fato ou fenômeno, de modo a sempre subordinar suas pesquisas ou interpretações às crenças ou convicções político-ideológicas com as quais se compromete.

Ao nos aproximarmos de De Baets, pudemos compreender também que o negacionismo é uma interpretação “abusiva” no sentido de que distorce procedimentos heurísticos, epistemológicos e pragmáticos. O resultado de uma pesquisa ou interpretação elaborada com essas distorções causa dolo para aqueles que absorvem algo produzido dessa forma, ao mesmo tempo em que causa danos à ciência que se torna alvo da negação. No caso da negação do Holocausto, e de outros negacionismos que se configuram como interpretações históricas “abusivas”, há um ataque contra a escrita da história e o conhecimento histórico então produzido. Isto promove um enfraquecimento da credibilidade da História enquanto disciplina e ciência e do historiador enquanto profissional da área.

Considerando nosso diálogo com Michel de Pracontal, foi possível caracterizar o negacionismo como uma “impostura científica”, que ora se recusa de antemão a adotar critérios científicos e acadêmicos de objetividade, ora se pauta pela alteração de leituras, dados ou experiências. Nesse movimento, passa a considerar como “erradas” todas as interpretações que não rubricarem a tese negacionista defendida *a priori* como válida.

No segundo momento de nosso trabalho, desenvolvendo o diálogo com esses autores e seus pressupostos, propusemos a análise de três dimensões formais do fenômeno negacionista representado na trama do filme *Negação*, a saber; a) a estrutura retórica da negação em si mesma e sua recusa resoluta dos procedimentos e consensos já existentes. Como vimos, “negar” se torna

método e princípio; b) a sensação do negacionista em ser um *outsider*, que não é aceito pela comunidade acadêmica/científica por se considerar incompreendido ou perseguido, o que justificaria suas condutas; e c) a dimensão de publicidade almejada pelo negacionista, sempre em busca de um palco, de holofotes e de audiência cativa. Aprofundar a articulação com os pressupostos dos autores indicados como embasamento de nossa discussão iluminou nossa compreensão dessas três dimensões formais do negacionismo em sua representação cinematográfica, como pudemos indicar nas cinco cenas que selecionamos e analisamos.

Considerando os pressupostos apresentados e as articulações estabelecidas, torna-se claro que os negacionismos apresentam uma interpretação unilateral, pautada pela subordinação da pesquisa e seus resultados, sempre passíveis de serem alterados quando contrariarem determinadas crenças ou posições ideológicas. Cada manifestação negacionista, enquanto “impostura científica”, é abusiva, causando danos e estimulando a deslegitimação de profissionais e das mais variadas formas de saber acadêmico e científico. Além disso, certos negacionismos, tal como a negação do Holocausto, terminam por incitar o silenciamento de vítimas, muitas das quais são desacreditadas. Os fenômenos negacionistas impõem-se, em nosso tempo presente, como um desafio para a pesquisa e o ensino da história, em particular, e para a produção e difusão do conhecimento científico, em geral. Os negacionismos são práticas e condutas que devem ser combatidas sempre que forem expressos. É um fenômeno que tem sido analisado de modo mais recorrente em nosso tempo presente e, com base no que foi exposto, esperamos ter contribuído para a compreensão dos elementos formais desse fenômeno que nos propusemos analisar.

Fonte

Filme: *Negação (Denial)*. Direção. Mick Jackson. Elenco. Rachel Wiesz, Tom Wilkinson, entre outros. Duração: 01h 50 min. Produção: EUA/Reino Unido. 2016.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidade e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Por que há pessoas que negam o Holocausto? (Artigo). *Café História – história feita com cliques*. 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-negam-o-holocausto/>. Acesso em 14 nov. 2021.

DE BAETS, Antoon. Uma teoria do abuso da história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/02.pdf> Acesso em 14 jan. 2021.

DENIS, Benoît. *Literatura e Engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2002.

ECO, Umberto. *Seis Passeios pelos Bosques da Ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, Helcira. Discursos negacionistas disseminados em rede. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 389-408, 17 dez. 2020. Disponível em <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1758>. Acesso em 22 jun. 2021.

- LIPSTADT, Deborah. *Negação: Uma história real*. São Paulo: Universo dos Livros, 2017. (ebook)
- PRACONTAL, Michel de. *A impostura científica em dez lições*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. (ebook)
- ROSENFELD, Anatol. *Mistificações Literárias: Os Protocolos dos Sábios de Sião*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.
- ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy: De 1944 à nos jours*. Paris: Éditions Du Seuil, 1987.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História: Os Fundamentos da Ciência Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UNB), 2010.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da Memória: Um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988.

Notas de autoria

Danilo Linard é doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e especialista e graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: linard.danilo@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

LINARD, Danilo. O fenômeno negacionista e suas representações na narrativa cinematográfica *Negação* (Denial – 2016). *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 45, p. 247-264, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 14/07/2021.

Modificações solicitadas em 09/11/2021.

Aprovado em 29/11/2021.